



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 115/2025**

O **MUNICÍPIO DE FÁTIMA**, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, através da Prefeitura Municipal de Fátima, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.393.152/0001-43, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. **FÁBIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº XXX.150.225-XX, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (fundamentado no art. 78, inciso I c/c art. 74, inciso IV), Decreto Federal nº 21.981/1932 e Decreto Municipal nº 098/2023, com o objetivo de contratar serviços de leiloeiros, torna público **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2025**, que tem como objeto o **credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para a prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados nas modalidades presencial e/ou eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Fátima (BA) classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção**, de acordo com os critérios definidos abaixo:

**1.0 - OBJETO**

**1.1.** credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para a prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados nas modalidades presencial e/ou eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Fátima (BA) classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção, conforme condições e critérios estabelecidos neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de Leilões Públicos para alienação de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio da Administração Pública Municipal, considerados ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, sucatas e outros, incluindo a preparação, organização e condução, com estrutura para realização de lances concomitantemente presenciais e via WEB.	MESES	12	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado

**1.2 –** O contrato firmado com o leiloeiro terá vigência limitada a 12 (doze) meses ou seu encerramento com a execução total do objeto, prorrogável e exclusivamente nos termos da Lei 14.133/2021.

**2.0 – DAS DEFINIÇÕES:**

**2.1.** Para o perfeito entendimento deste Edital de Credenciamento, são adotadas as seguintes definições:

**2.2.** Contratante – **A PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA/BA**, por meio de órgão da administração pública direta, que pactua a prestação de serviço por leiloeiro oficial para atuação como mandatário (a) da Prefeitura;

**2.3.** Contratada/Mandatária da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA/BA**: Leiloeiro(a) Público Oficial que atua como mandatário da Prefeitura.



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**2.4.** Contrato de Prestação de Serviços: instrumento jurídico padrão que regula a prestação de serviços realizados pela mandatária a favor da Administração Pública, que deve conter as atribuições delegadas, as limitações do mandato e a forma de remuneração pelos serviços.

**2.5.** Credenciante – a PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA/BA.

**2.6.** Termo Único de Credenciamento – instrumento firmado com Leiloeiros Públicos Oficiais declarados credenciados para atuarem como mandatários da Prefeitura no atendimento ao objeto deste Edital mediante formalização de contrato.

**2.7.** Contagem de Prazo - os prazos fixados em meses ou contam-se de data a data, sendo que, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês, conforme art. 66, §3º da Lei n. 9.784, de 1999.

### **3.0 – DO PRAZO DE ENTREGA**

**3.1.** O envio da documentação poderá ocorrer a partir da publicação do Edital até o último dia útil anterior à data de encerramento descritos no item 3.1.1.

**3.1.1. PERÍODO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:** A partir do dia 12/12/2025

**3.1.2. LOCAL PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:** Através do e-mail: [pmfcotacoes@gmail.com](mailto:pmfcotacoes@gmail.com)

**3.1.3.** A documentação de habilitação do leiloeiro será analisada, em um primeiro momento, 10 (dez) dias úteis após a publicação do presente edital, e posteriormente na medida das solicitações de credenciamento, estimando-se o prazo de até 10 (dez) dias por solicitação.

**3.2.** No que concerne o primeiro momento, há previsão de realização mais celere de leilão dos bens móveis e imóveis do patrimônio da administração pública.

**3.3.** A escolha do leiloeiro para realização do certame, ocorrerá entre os que se habilitarem no prazo previsto no **item 3.1.1.**

### **4.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** Poderão habilitar-se para o Credenciamento, exclusivamente, Leiloeiros Públicos Oficiais que possui cadastro ativo, e sem restrição de atividade, de Leiloeiro Oficial, na Junta Comercial do Estado da Bahia.

**4.2.** Não poderão participar deste Credenciamento os interessados:

**4.2.1.** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.2.2.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, no que couber;

**4.2.3.** que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

**4.2.4.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.2.5.** que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**4.2.6.** estará impedido de participar do credenciamento o leiloeiro que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

**4.2.6.1.** Tenha cargo ou função em qualquer unidade da PREFEITURA ou que tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade com servidores da PREFEITURA, até o 3º grau, inclusive.

**4.2.6.2.** Esteja cumprindo penalidade de impedimento ou suspensão temporária registrada nos sistemas de controle da PREFEITURA ou tenha sido apenado com declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

**4.2.6.3.** Esteja com sua inscrição suspensa junto à Junta Comercial do Estado;

**4.2.6.4.** Esteja atuando como advogado em processos judiciais;



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

- 4.2.6.5.** Tenha vinculação societária com outro leiloeiro participante do credenciamento;
- 4.2.6.6.** Não atenda aos requisitos do Termo de Referência.
- 4.3.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4.** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5.** A participação neste Credenciamento importa total ciência dos proponentes das condições deste Edital e seus anexos.
- 4.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5.0 - HABILITAÇÃO**

**5.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos Leiloeiros Oficiais, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**5.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**5.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**5.1.3.** Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>) e do Tribunal de Contas do Estado do Sergipe ([https://www.tce.se.gov.br/ce\\_rtdaocnj/Certidao/EmitirCertidaoForm.aspx](https://www.tce.se.gov.br/ce_rtdaocnj/Certidao/EmitirCertidaoForm.aspx)).

### **5.2. Habilitação jurídica:**

- 5.2.1.** Documento de Identidade do Leiloeiro Oficial;
- 5.2.2.** Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou jurídica (CNPJ);
- 5.2.3.** Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do Estado da Bahia;

### **5.3. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 5.3.1.** Prova de regularidade com o FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, ou se não for empregador, declaração nestes termos;
- 5.3.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Certidão quanto à Dívida Ativa ou outras equivalentes, na forma da lei, expedidas nas diferentes esferas de governo pelo órgão competente; e
- 5.3.3.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 5.4.** Os leiloeiros interessados deverão apresentar Requerimento de Credenciamento (Anexo 01 do Termo de Referência), contendo obrigatoriamente os documentos comprobatórios de sua habilitação jurídica e técnica, previstas neste Edital.

### **5.5. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo interessado serão:**

- 5.5.1.** Demonstrar capacidade técnica e operacional para organizar e conduzir leilões públicos nas modalidades presencial e/ou eletrônica, com experiência mínima comprovada de 01 (um) ano na atividade, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidas por órgãos de direito público ou privado
- 5.5.2.** Termo de Compromisso (Anexo 02 do Termo de Referência);



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**5.5.3.** Declaração de Equipe e Recursos (Anexo 03 do Termo de Referência);

**5.5.4.** Declaração de Aptidão e Conhecimento (Anexo 04 do Termo de Referência);

**5.6. Quanto à formalização do Instrumento de Credenciamento:**

**5.6.1.** Uma vez publicado o Rol de Credenciados, o Edital estabelecerá prazo para que os credenciados formalizem o Termo de Credenciamento (Anexo 05 do Termo de Referência);

**5.7.** A não assinatura do Instrumento de Credenciamento poderá ser entendida como recusa injustificada, ensejando a imediata exclusão do rol dos selecionados.

## **6.0 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

**6.1.** O Leiloeiro Oficial interessado deverá enviar a PREFEITURA a documentação descrita no capítulo 5 supra, juntamente com o pedido de credenciamento ali descrito, via e-mail para o endereço: [pmfcotacoes@gmail.com](mailto:pmfcotacoes@gmail.com)

**6.2.** A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital para habilitação, bem como a presença de documentos incompletos ou em desacordo com este Edital, com rasuras, entrelinhas ou com a validade expirada, acarretará a inabilitação do proponente.

**6.3.** Os documentos deverão estar regulares quanto aos prazos de validade neles previstos.

**6.4.** O exame e julgamento da documentação recebida serão realizados pela Comissão de Contratação, a qual poderá conceder prazo adicional para complementar o envio de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses.

## **7.0 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DA ELABORAÇÃO DO ROL DE CREDENCIADOS.**

**7.1.** A análise da documentação será processada em conformidade com as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

**7.2.** A Comissão de Contratação verificará se os documentos apresentados cumprem os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação técnica, declarando o proponente habilitado.

**7.3.** Serão declarados inabilitados os interessados que não cumpram com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

**7.4.** Considerar-se-á habilitado o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências contidas neste Edital.

**7.5.** A PREFEITURA divulgará a relação de credenciados no sítio eletrônico <https://diario.fatima.ba.gov.br/homepage>

### **7.6. DA CLASSIFICAÇÃO:**

**7.6.1.** A distribuição das demandas relativas à realização dos leilões será realizada com base na **ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO DOS PROFISSIONAIS**, observado o sistema de rodízio sequencial entre os leiloeiros credenciados, de forma a garantir a isonomia, a transparência e a eficiência da execução dos serviços.

**7.6.2.** Assim, a cada novo procedimento de leilão, será convocado o leiloeiro subsequente na ordem estabelecida pelo credenciamento, reiniciando-se o ciclo após o último da lista, salvo nas seguintes hipóteses, que deverão ser devidamente justificadas nos autos do processo:

I – Recusa ou impossibilidade de atendimento por parte do leiloeiro da vez;

II – Existência de impedimentos legais ou técnicos específicos relacionados ao objeto do leilão;

III – Interesse público devidamente motivado pela Administração, que justifique a convocação de outro profissional credenciado.

**7.6.3.** A recusa injustificada de participação no processo de leilão ou a ausência de resposta no prazo estipulado poderá implicar a perda da vez no rodízio, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

**7.6.4.** O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem cronológica do credenciamento.

**7.6.5.** Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

ordem de classificação, reordenando os demais.

## **8.0 – DA VIGÊNCIA E INCLUSÃO NO ROL DOS CREDENCIADOS**

**8.1.** O Sistema de Credenciamento será mantido em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, permitindo a qualquer tempo a inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento público.

**8.2.** O leiloeiro que solicitar sua inclusão no Rol de Credenciados publicado pela PREFEITURA, desde que tenha sua documentação aprovada, será incluído na última posição da lista dos integrantes, devendo-se observar que:

**8.2.1.** As novas inclusões no Rol de Credenciados serão registradas com base na ordem de protocolo da solicitação junto a PREFEITURA.

**8.2.2.** Os novos credenciados serão habilitados a compor o banco de credenciados pelo prazo remanescente do credenciamento, prazo este contado a partir da data de sua efetiva habilitação.

## **9.0 – HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** Os procedimentos adotados pela Comissão de Contratação na condução e no julgamento da documentação de habilitação prevista neste Edital de Credenciamento serão homologados pela autoridade competente.

## **10 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LEILOEIRO CREDENCIADO**

**10.1.** Quanto à seleção do leiloeiro credenciado, o critério de acionamento do leiloeiro credenciado para prestar os serviços será a ordem definida no rol de credenciamento, conforme estabelecido no **item 7.6.1**, deste edital e ainda a disponibilidade de bens móveis inservíveis destinados ao leilão.

**10.2.** A seleção e contratação do leiloeiro credenciado ocorrerá por objeto a ser leiloadado, encerrando-se os serviços concomitantemente a finalização dos atos de conclusão do leilão respectivo, permanecendo vigente o contrato para que o contratado possa realizar novos leilões, sempre seguindo-se a alternância e a ordem de credenciamento prevista no **item 7.6.1**.

## **11 – DESCREDECIAMENTO**

**11.1.** Haverá o cancelamento do credenciamento do leiloeiro, nos seguintes casos:

**11.1.1.** Receber 03 (três) advertências pelo mesmo motivo;

**11.1.2.** Recusa injustificada em assinar o Contrato para realização das atividades objeto deste Edital;

**11.1.3.** Omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas para obter credenciamento em face do presente Edital;

**11.1.4.** Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

**11.1.5.** Falsidade ideológica;

**11.1.6.** Infração à Lei, bem como à legislação de regência;

**11.1.7.** Descumprimento na execução dos serviços a serem realizados pelo credenciado como negligência, imprudência e imperícia;

**11.1.8.** Cessão total ou parcial da prestação do serviço sem a anuência da PREFEITURA;

**11.1.9.** Divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da PREFEITURA, obtidas em decorrência do credenciamento;

**11.1.10.** Omitir ou prestar informações inverídicas aos interessados sobre os bens ou as condições de venda que resultem na posterior desistência do adquirente em realizar a compra;

**11.1.11.** Deixar de devolver a comissão paga pelo arrematante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação do fato, nos casos em que a providência for justificada e determinada;

**11.1.12.** Deixar de efetuar publicação do edital de leilão em, no mínimo, 2 (dois) jornais de grande circulação e em sítios eletrônicos oficiais, principalmente no Município em que será realizado.

**11.2.** Quanto ao cancelamento do Instrumento de Credenciamento, destaca-se que:

**11.2.1.** Ocorrendo o cancelamento, por descumprimento das condições contratuais, o profissional descredenciado deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, recolher os bens em local a ser determinado pela PREFEITURA, transferir os valores ainda pendentes de repasse decorrentes de alienações e





**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

prestar contas de toda a documentação que lhe foi confiada, fazendo a entrega dos respectivos dossiês protocolados a PREFEITURA.

**11.2.2.** A PREFEITURA não se responsabiliza pelo pagamento de nenhum valor em decorrência do cancelamento do credenciamento;

**11.3.** Também será cancelado o credenciamento a pedido, desde que o credenciado não possua atividade pendente de conclusão.

**11.3.1.** No caso de o leiloeiro pedir o seu descredenciamento, havendo obrigações "em aberto", o deferimento do pedido fica condicionado ao seu cumprimento integral.

**11.4.** O leiloeiro deverá ser formalmente notificado do cancelamento do seu credenciamento.

**11.5.** O descredenciamento será precedido de observância ao contraditório e ampla defesa.

## **12 – DOS RECURSOS**

**12.1.** O prazo de recurso relativo ao julgamento da documentação será de até 3 (três) dias úteis a partir da data da divulgação de habilitação.

**12.2.** Interposto, o recurso será comunicado aos demais participantes, que poderão impugná-lo no prazo de 3 (três) dias úteis.

**12.3.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**12.3.1.** Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

**12.3.2.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **13 – DO TÉRMINO DO CONTRATO**

**13.1.** Quanto ao Contrato de Prestação de Serviços, destaca-se que somente serão chamados a firmar contrato de prestação de serviços correspondentes ao objeto deste Edital, os leiloeiros que assinaram o Instrumento de Credenciamento junto a PREFEITURA, observando que:

**13.1.1.** O Leiloeiro Oficial selecionado será convocado a celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação através de correio eletrônico e/ou notificação pessoal;

**13.1.2.** Se o Leiloeiro Oficial selecionado e convocado para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços não o fizer no prazo indicado, será convocado o leiloeiro credenciado seguinte constante do Rol de Credenciados, sem prejuízo de eventual aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e na legislação que disciplina a matéria;

**13.1.3.** O contrato firmado com o leiloeiro terá vigência limitada a 12 (doze) meses ou seu encerramento com a execução total do objeto, prorrogável única e exclusivamente com base no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

## **14. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**14.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência**, anexo a este Edital.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**15.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **16. DO PAGAMENTO**

**16.1.** As regras acerca do pagamento, repasse dos valores e prestação de contas são as estabelecidas na **no Termo de Referência**, anexo a este Edital.

**16.2.** Em hipótese alguma será paga alguma outra remuneração para o credenciado que não aquela trazida pelo Termo de referência.



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas na **no Termo de Referência**, anexo a este Edital.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**18.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital de credenciamento, no todo ou em parte, exclusivamente por meio eletrônico, e-mail: [pmfcotacoes@gmail.com](mailto:pmfcotacoes@gmail.com) até 3(três) dias úteis antes da data fixada no item 3 para análise da documentação.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** A participação do interessado no Credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste Edital e dos anexos que o integram.

**19.2.** A Credenciada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do Credenciamento, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

**19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pela Credenciante, conforme disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

**19.4.** Os proponentes obrigam-se a observar e guardar sigilo de todos os dados pessoais e profissionais obtidos em decorrência do presente edital e a não utilizar ou divulgar as informações obtidas para qualquer fim, sob as penas da lei civil, penal e correlatas.

**19.5.** A Administração poderá revogar este Edital de Credenciamento por razões de interesse público.

**19.6.** As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas.

**19.7.** Qualquer alteração nas condições do Credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a divulgação e publicação do texto original.

**19.8.** A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.

**19.9.** As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.10.** Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas documentações e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de Credenciamento.

**19.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**19.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://transparencia.fatima.ba.gov.br/editais-licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações-PNCP.

**19.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.13.1. Anexo I - Termo de Referência;

19.13.1.1. Anexo 01 do Termo de Referência: Pedido de Credenciamento;

19.13.1.2. Anexo 02 do Termo de Referência: Termo de Compromisso;

19.13.1.3. Anexo 03 do Termo de Referência: Declaração de Infraestrutura;

19.13.1.4. Anexo 04 do Termo de Referência: Declaração de Aptidão e Conhecimento;

19.13.1.5. Anexo 05 do Termo de Referência: Termo de Credenciamento;

19.13.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Fátima (BA), 11 de dezembro de 2025.

**Rafael Silva dos Santos**  
Secretário Municipal de Administração



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**Anexo I - Termo de Referência**  
**(o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)**





**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**Anexo 01 do Termo de Referência: Pedido de Credenciamento  
(o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)**



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**Anexo 02 do Termo de Referência: Termo de Compromisso**  
**(o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)**



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**Anexo 03 do Termo de Referência: Declaração de Infraestrutura**  
**(o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)**



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**Anexo 04 do Termo de Referência: Declaração de Aptidão e Conhecimento**  
**(o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)**



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**ANEXO II DO EDITAL**

**MINUTA**

**CONTRATO N.º XXX/2025**  
**CREDENCIAMENTO Nº XX/2025**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA E O LEILOEIRO xxxxxxxxx.

**O MUNICÍPIO DE FÁTIMA**, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, através da Prefeitura Municipal de Fátima, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.393.152/0001-43, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. FÁBIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 013.150.225-59, doravante denominada CONTRATANTE, e o **Leiloeiro o Sr. xxxxxxxxxxxx**, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado na xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATADA, em observância às disposições da Lei 14.133/2021, Decreto Federal nº 21.981/1932 e Decreto Municipal nº 098/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital de Credenciamento n.º XX/2025 - PML, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para a prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados nas modalidades presencial e/ou eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Fátima (BA) classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irreuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Credenciamento, identificado no preâmbulo, independentemente de transcrição.

**1.3.** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1	Leiloeiro Oficial, devidamente matriculadas na Junta Comercial do Estado de BAHIA - JUCEB, para prestação de serviços de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos presenciais e/ou eletrônicos, destinados à alienação de bens móveis inservíveis, ociosos, antieconômicos, irreuperáveis e/ou bens imóveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Fátima Ba, com percentual de 5% sobre os valores arrematados.	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O contrato firmado com o leiloeiro terá vigência limitada a 12 (doze) meses ou seu encerramento com a execução total do objeto, prorrogável única e exclusivamente nos termos Lei 14.133/2021.



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO, REPASSE DOS VALORES E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 3.1.** Não há Taxa de Comissão devida pelo Comitente ao Leiloeiro Público Oficial, logo, não há pagamento a ser realizado pela CONTRATANTE.
- 3.2.** A CONTRATADA receberá diretamente do Arrematante-Comprador, a comissão de 5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado, assegurando assim o previsto no parágrafo único, do artigo 24 do Decreto nº 21.981/1932.
- 3.3.** A CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos Arrematantes-Compradores.
- 3.4.** Em hipótese alguma será a CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos Arrematantes-Compradores.
- 3.5.** O repasse de valores obtidos com o arremate dos bens, deverá ser disponibilizado a PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA, através da CONTA CORRENTE: (...) AGÊNCIA: (...).

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1.** Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que a contratação não gerará ônus aos cofres públicos, ou seja, não será contraída nenhuma despesa.

**5. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 5.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**6. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

- 6.1.** O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**7. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 7.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no **Termo de Referência**, anexo a este Edital obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**8. CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- i) É vedada, de forma total ou parcial, a subcontratação dos serviços objeto deste credenciamento. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços exclusivamente por meio de profissionais de seu próprio quadro técnico ou formalmente vinculados a ela, devidamente habilitados na especialidade pertinente. A documentação comprobatória da qualificação técnica e a identificação completa (nome e número de registro no respectivo conselho de classe) do(s) profissional(is) que executará(ão) as atividades deverão ser apresentadas e formalmente aprovadas pela Contratante previamente ao início da prestação de quaisquer serviços

**9. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1.** As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no **Termo de Referência**, anexo a este Edital.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

- 10.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 10.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I “a” e “b”; II “a”, “b” e “c” do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e com as consequências indicadas no art. 125 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 10.1.2.** De acordo entre as partes, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.





**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Fátima**  
CNPJ: 13.393.152/0001-43

**10.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**10.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.3.1.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**10.3.2.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**10.3.3.** Relação dos valores recolhidos e ainda devidos;

**10.3.4.** Indenizações e multas.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado à CONTRATADA:

**11.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**11.1.2.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

**15.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a comarca de Fátima/BA.

Fátima/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

**1 – CPF:**

**2 – CPF:**